

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



O mundo não tem umbigo

Fernando Henrique Cardoso, exasperado com a imobilidade do Congresso, propôs uma Assembléia Nacional Revisora, para ajustar a Constituição à realidade dos tempos. Em outras palavras: sugere que se realizem eleições antecipadas. Será que combinou com o Itamar? Essa indagação, ainda sem resposta, soma-se às muitas que compõem uma crise múltipla, de imprevisível desfecho.

As nossas aflições políticas são tão absorventes que nos induzem a erro grave: não ver o que acontece além das nossas fronteiras. País

grande é assim: acha que o seu espaço só pode ser o umbigo do mundo. A China intitulava-se Reino do Centro. Quem não era chinês, era bárbaro.

Acontece que o mundo não tem umbigo. Ao contrário, cada vez mais o que acontece em Jerusalém ou Johannesburgo, em Paris ou Tóquio, tem repercussões em todas as demais capitais.

Uma consequência da falta de percepção da nossa inserção internacional é a política do avestruz. Imagina-se que, se não tomarmos conhecimento de uma ameaça, ela não se concretizará.

No decorrer da semana o Congresso deixou de examinar duas matérias de grande importância para o nosso relacionamento internacional. Como uma não decisão é sempre vista como sendo uma decisão, teremos de arcar com as consequências. Os nossos diplomatas podem até explicar aos seus interlocutores, em off, que não devem perder a paciência, porque no Brasil é assim mesmo, os congressistas são descansados, estamos chegando ao carnaval. Afinal, o Itamaraty é uma ilha de excelência e o seu pessoal é treinado para explicar qualquer tipo de aberração governamental. Mas, por mais explicações que consigam dar, não convencerão quem costuma lidar com a racionalidade e, além disso, deve obedecer a prazos legais.

Os funcionários do Departamento do Comércio dos Estados Unidos, por exemplo, deverão decidir até o final de fevereiro se aplicam ou não sanções tarifárias sobre exportações brasileiras em virtude da não aprovação pelo Senado do projeto de lei so-

bre a propriedade industrial, especialmente no que se refere ao patenteamento de seres vivos, alterados pela biotecnologia.

Após sofrida tramitação na Câmara, o projeto de lei estacionou há sete meses no Senado. Encarregado de redigir o relatório final, o senador Élcio Alvares fez duas audiências públicas e estava com o trabalho quase pronto. Envolveu-se na CPI do Orçamento e desde segunda-feira é ministro da Indústria e Comércio. A decisão foi adiada, sabe-se lá para quando.

O Congresso pode até aprovar uma lei que não atenda às reivindicações americanas. O que não pode é deixar o país sem lei nenhuma.

Outro assunto importíssimo que está emperrado é a adesão do Brasil às cláusulas de salvaguarda nuclear do Tratado de Tlatelolco, que prevê o controle internacional sobre a proliferação de armas nucleares. O Itamaraty sugeriu alterações em alguns artigos do trata-

do, que foram aceitas pelos demais signatários. Na hora da aprovação pelo Senado, as próprias propostas brasileiras são postas em causa. Se ao menos nós tivéssemos um programa secreto para construir uma bomba atômica, a cautela se justificaria. Como não temos, estamos apenas perdendo tempo. Tempo que custa dinheiro, porque vários países, especialmente a Alemanha, com quem temos um acordo nuclear, suspenderam a colaboração com o Brasil. O competente chanceler Celso Amorim está subindo pelas paredes.

O senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC), relator da resolução sobre o tratado, assegura já ter satisfeito as suas dúvidas e estar pronto para pôr o assunto em votação na próxima semana. Traduzindo: depois do carnaval, e olhe lá.

Rápido mesmo o Congresso só aprova aumentos dos seus próprios vencimentos. Foi o que fez quinta-feira, escondido no bojo da Medida Provisória 409.